

# A Federação em crise

Josaphat Marinho

Fatos noticiados pela imprensa revelam o agravamento do desequilíbrio econômico-financeiro da Federação, atingindo pequenos e grandes estados. São Paulo, a unidade federativa mais forte e de maior desenvolvimento, está em débito no pagamento de um sem número de precatórios, expedidos pela Justiça. Interessados reclamam, e ameaçam de pedir intervenção federal. No Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça, por expressiva maioria, autorizou seu presidente a pleitear intervenção federal, dado o atraso de mais de R\$ 60 milhões, no repasse de recursos devidos ao Poder Judiciário, para sua manutenção. No Estado de Alagoas, a Justiça está em greve há vários meses, igualmente em virtude de retardamento na transferência de recursos pelo governo. Não faz muito, experimentou situação idêntica em Mato Grosso.

Em outros estados, são notórias as dificuldades crescentes, que conduzem a quadro de aflição. Se há unidades federadas que vêm cumprindo regularmente suas obrigações, o fato não é tranquilizador. Assim operam com restrições de obras e despesas necessárias, ou com adiamento de concessão de melhoria salarial aos seus servidores. Além disso, em grande número dos estados parcela ponderável dos municípios vive em an-

gústia, paralisando atividades e atrasando o pagamento de pessoal. Se no perfil da crise há casos de má administração, em estados e em municípios, não parece legítimo generalizar essa motivação.

Em verdade, o desequilíbrio econômico e financeiro torna-se uma constante, cada dia mais ampla e grave. As desigualdades regionais multiplicam-se em questões que alcançam todo o território da Federação e suas populações. A diversidade de produção e de riqueza no campo e o desenvolvimento industrial diferenciado, ou melhor, desigual, geram educação e cultura variadas, com todos os seus efeitos distintivos da situação das pessoas. Assinalável é que, dentro das diferenciações, unidades economicamente mais desenvolvidas, como São Paulo e Rio Grande do Sul, são atropeladas pelas circunstâncias.

Analizou bem o problema o jornal *O Estado de S. Paulo*, em recente editorial, *A União e a Crise dos Estados*. Partindo do que sucede em Alagoas, e salientando a falta de providências articuladas, que não tardaram no Proer em favor dos bancos, o sereno editorial define a imprecisão das iniciativas governamentais. "A crise da Federação tem sido tratada — acentua — com mezinhas: um auxílio da Caixa Econômica Federal aqui, uma autorização para ampliar o endivida-

mento mediante descontos de Antecipações de Receitas Orçamentárias ali, um estudo nunca terminado sobre como socorrer bancos estaduais em situação difícil, acolá". E ressalta o jornal: "A União deve ter presente que a atual situação poderá caminhar para uma crise aberta de maneiras de todo imprevisíveis. Afinal, a paralisação do Judiciário num estado compromete gravemente a ordem pública, porque tudo aquilo que depende de atos judiciais está suspenso — de casamentos a liberação de presos".

Essas judiciosas ponderações mostram, em realidade, que a crise da Federação se agrava por inexistência de planos para solução de seus problemas. Mesmo quando estabelece programas para uma região, como o fez recentemente com relação ao Nordeste, o governo não lhes dá configuração de plano assegurando-lhes execução ordenada. Por isso as medidas não produzem os resultados previstos, ou desejados. Como não obedecem a prioridades planejadas, superam dificuldades circunstanciais, porém não resolvem definitivamente os problemas essenciais. E a população continua a sofrer as conseqüências da visão distorcida dos governantes.

Daí, há tempos, pesquisador tem apontado a existência de "dois Brasis", e agora relatório das Nações Unidas divisa "três Brasis". O pro-

blema não está, decerto, nas especificações feitas, numa e noutra época, mas nos fatos e particularidades que as justificaram, delineando situações incompatíveis com as exigências de vida digna, civilizada e justa, em larga parte da população nacional. O que importa é a correção das diretrizes administrativas, para que cessem as condições geradoras das deficiências humilhantes. Certo seria já não se verificar, como informa hoje a Confederação Nacional do Transporte, o quadro "desalentador" das estradas federais: "96,3% dos quilômetros pesquisados estão em estado de conservação regular, ruim e péssimo, e apenas 6,4% em estado de conservação bom e ótimo". Percentuais tão desanimadores são tanto mais inadmissíveis porque apurados em rodovias, cujas condições precárias perturbam a economia em geral. Se os recursos orçamentários são deficientes, impulsiona-se a reforma tributária, superando-se as divergências existentes.

Enfim: a amplitude da crise na Federação justifica que se repita a advertência do jornal paulista: "No longo prazo é a União que poderá sofrer pela lenta desaglutinação dos estados". Sim, porque não há União forte com estados enfraquecidos.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia